



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

GESTÃO DOS RECURSOS DO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR (PNATE) NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA: um estudo de caso no período de 2020 a 2022

LILIANE LEITE COSTA¹

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA/UESB

ALEXSSANDRO CAMPANHA ROCHA²

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA/UESB

LEANDRO AGUIAR VILASBOAS³

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA/UESB

Resumo

Este estudo analisa a gestão dos recursos do Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE) no município de Vitória da Conquista-BA, entre 2020 a 2022. O PNATE, criado pela Lei de nº 10.880/2004, busca assegurar o transporte escolar de alunos da zona rural, custeando despesas com manutenção, combustíveis, pneus, seguros e serviços terceirizados. A pesquisa adotou caráter qualitativo com elementos quantitativos, realizando levantamento bibliográfico, análise documental e entrevistas com gestores municipais. Os resultados indicam que os recursos foram executados em conformidade com a legislação, sem apontamentos de irregularidades pelos órgãos de controle. A gestão pautada em práticas de transparência e controle contribuiu para a eficácia do programa, embora dificuldades estruturais, como estradas precárias e altos custos de manutenção da frota, permanecem como desafios. O trabalho reforça a importância da gestão pública transparente para garantir o direito ao acesso e permanência escolar.

Palavras-chave: Políticas públicas. PNATE. Transporte escolar

Introdução

O Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) é uma política pública destinada a estudantes que vivem em localidades rurais no Brasil e se constitui como uma importante estratégia de desenvolvimento da educação ao promover o direito ao acesso escolar, foi criado sob uma Lei Federal⁴ nº 10880, em 9 de junho de 2004, com o objetivo de custear

¹ Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) membro do Grupo de Pesquisa em Educação Fiscal (GPEF). e-mail: Leitecostaliliane@gmail.com

² Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Contador. Professor de Contabilidade do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Auditor Fiscal da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista (BA). e-mail: alexssandro.rocha@uesb.edu.br

³ Graduando em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Servidor público da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista (BA). e-mail: Lavboas@gmail.com.br

⁴ Lei nº 10880, de 9 de junho de 2004, institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE e o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado (BRASIL, 2004)



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

despesas com manutenção, seguros, serviços de mecânica, combustíveis para o transporte de alunos da educação básica pública que residem em áreas rurais, além de servir para pagamentos de serviços contratados junto a terceiros para o transporte escolar.

Essa pesquisa tem como foco a gestão do PNATE no Município de Vitória da Conquista-Ba, no período de 2020 a 2022. Nesse contexto formulou-se a questão problema: Como a Prefeitura de Vitória da Conquista geriu os recursos do PNATE no período analisado? Para responder a essa indagação, definiu-se como objetivo geral analisar a gestão municipal desses recursos, desdobrando-se em objetivos específicos voltados a identificar e avaliar o montante recebido, verificar a natureza dos gastos, averiguar possíveis apontamentos do Tribunal de Contas do Município (TCM) e identificar dificuldades enfrentadas na execução do programa.

A hipótese levantada considerou que a gestão pode ter sido influenciada por fatores como políticas locais, dinâmica econômica, disponibilidade orçamentária e práticas de controle e transparência, impactando diretamente na qualidade e disponibilidade do transporte escolar, bem como no acesso dos estudantes à educação. A justificativa do estudo abrangeu aspectos pessoais, pela vivência da autora como usuária do transporte escolar em área rural, aspectos acadêmicos, pela escassez de pesquisas que aprofundem o tema e aspectos sociais, ao possibilitar maior transparência e conhecimento sobre a aplicação dos recursos públicos, auxiliando gestores, conselheiros e a comunidade no acompanhamento e fiscalização do programa.

Metodologia

Para o desenvolvimento do trabalho foi feita uma investigação qualitativa com particularidades quantitativas e cujos objetivos foram exploratórios e descritivos. A pesquisa foi apoiada pela combinação de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de levantamento.

Delimitou-se especialmente ao município de Vitória da Conquista e temporalmente ao período de 2020 a 2022. O universo amostral incluiu entidades da Secretaria de Educação e da Secretaria de Transparência do município. O referencial teórico contribuiu para a compreensão do tema.

Em relação a abordagem qualitativa, utilizou-se as informações obtidas pelo Secretário de Transparência e Controle do município e da Coordenadora financeira da Secretaria de



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

Educação. Nesse contexto, aprofunde-se as suas análises através de questionários que buscavam responder o problema de pesquisa mediante as informações adquiridas por meio de entrevistas semiestruturadas.

Desenvolvimento

O PNATE é uma das políticas públicas educacionais mais relevantes no Brasil, sobretudo por garantir o acesso de estudantes residentes em áreas rurais à educação básica. Segundo Feijó (2006, p. 1), “pela desigualdade de falta de oportunidades” muitos cidadãos tem dificultado o exercício de direitos fundamentais, sendo necessário que o Estado promova ações que assegurem condições de igualdade, como o transporte escolar.

No campo das políticas públicas, Teixeira (2002, p. 3) define que “são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade”, reforçando que sua execução envolve não apenas a transferência de recursos, mas também mecanismos de fiscalização e participação social. Nesse sentido, Draibe (2001, p. 26) já alertava que as políticas públicas percorrem um ciclo vital, que depende da elaboração, da implementação e da avaliação conduzidas por pessoas, sendo passíveis de reformulações constantes.

A gestão educacional é compreendida como um processo amplo e coletivo, voltado para a coordenação de sistemas e escolas em consonância com as políticas públicas. Para Luck (2009, p. 35), “gestão educacional corresponde ao processo de gerir a dinâmica do sistema de ensino como um todo e de coordenação das escolas em específico, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas, para implementação dos projetos pedagógicos”. Dessa forma, a gestão do PNATE não pode ser isolada da realidade social e financeira dos municípios, exigindo planejamento estratégico e aplicação transparente dos recursos.

No que se refere à gestão financeira dos recursos públicos, Marion (2009, p. 25) ressalta que “a contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões”, visto que fornece informações confiáveis sobre receitas, despesas e patrimônio, permitindo que os gestores públicos tomem decisões fundamentadas. Essa perspectiva se complementa com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), que, segundo Pereira (2010, p. 236), busca “elevar a transparência na gestão do gasto público, permitindo que os mecanismos de mercado e o processo político sirvam como instrumento de controle e punição dos governantes que não agirem de maneira correta”.



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

O controle social também se constitui como elemento fundamental no acompanhamento do PNATE. Gomes (2008, p. 21) esclarece que o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB é formado por representações sociais variadas e deve atuar com autonomia, garantindo que a fiscalização da aplicação dos recursos não esteja subordinada ao poder público municipal. Nessa mesma linha, Santa (2023, p. 35) aponta que “quanto mais e melhores forem os instrumentos de controle, melhor será a prestação de contas e melhores serão os níveis de transparência”.

Portanto, a literatura revela que a eficácia do PNATE depende da interação entre três pilares centrais: a definição de políticas públicas claras e participativas; a gestão educacional e financeira eficiente; e os mecanismos de controle e transparência que assegurem a correta aplicação dos recursos. Tais elementos reforçam a necessidade de estudos locais, como o de Vitória da Conquista, para compreender como essas dimensões se articulam na prática.

Análise de Dados

A análise dos dados evidenciou como se deu a liberação e aplicação dos recursos do PNATE em Vitória da Conquista entre 2020 e 2022.

Em 2020, os recursos liberados foram aplicados em despesas de manutenção da frota, aquisição de combustíveis, seguros e serviços terceirizados de transporte. Observou-se equilíbrio entre os valores recebidos e aplicados, sem apontamentos do Tribunal de Contas, o que indica conformidade da gestão com as exigências legais.

Em 2021, manteve-se o padrão de aplicação, com aumento proporcional dos gastos em função da maior demanda pelo transporte escolar. O período analisado demonstrou que as despesas acompanharam a liberação dos recursos, o que reforça a regularidade na execução orçamentária.

Já em 2022, apesar de pequenas variações entre recursos recebidos e executados, os dados mostraram continuidade no uso destinado principalmente a manutenção, combustível e pagamento de serviços terceirizados. Esse padrão confirma a prática de gestão voltada à execução plena dos recursos transferidos pelo FNDE.

A análise comparativa por período permitiu concluir que, ao longo do triênio, houve coerência na destinação dos recursos, inexistindo sobras significativas nem indícios de irregularidades. Além disso, a ausência de apontamentos do Tribunal de Contas no período confirma a efetividade do controle interno e a transparência da gestão municipal.

Contudo, tanto as entrevistas com gestores quanto os dados tabulados apontam para



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

desafios persistentes, como a necessidade de planejamento contínuo das rotas, manutenção preventiva da frota e melhores condições das estradas rurais, fatores que impactam diretamente na qualidade do serviço prestado aos estudantes.

Considerações Finais

O estudo demonstrou que o PNATE é fundamental para garantir o acesso e a permanência dos estudantes da zona rural na educação básica, representando um instrumento de inclusão e democratização do ensino. A análise realizada no município de Vitória da Conquista, no período de 2020 a 2022, evidenciou que os recursos foram aplicados em conformidade com os objetivos do programa, não havendo apontamentos do Tribunal de Contas que indicassem irregularidades.

Verificou-se que a gestão municipal apresentou práticas de controle e transparência adequadas, o que contribuiu para a eficácia na utilização dos recursos e para a continuidade do transporte escolar. Entretanto, alguns desafios ainda se destacam, como a necessidade de constante planejamento da frota, manutenção preventiva dos veículos e acompanhamento rigoroso pelos conselhos de controle social.

Conclui-se que a efetividade do PNATE depende da articulação entre boa gestão financeira, fiscalização eficiente e participação social, fatores que garantem maior transparência e asseguram a correta aplicação dos recursos públicos. Além disso, o trabalho reforça a importância de estudos locais, que possibilitam compreender como a política é implementada na prática e podem subsidiar melhorias futuras na administração pública educacional.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004. Institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2000.

DRAIBE, Sonia Miriam. **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, 2001.

FEIJÓ, Paulo Roberto. **Políticas Públicas e Desenvolvimento Social**. Brasília: IPEA, 2006.

GOMES, Candido Alberto. **Políticas públicas da educação básica no Brasil: perspectivas para a qualidade e equidade**. Brasília: Liber Livro, 2008.



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

LUCK, Heloísa. **Gestão educacional: uma questão paradigmática.** Petrópolis: Vozes, 2009.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MONTEIRO, Ana Paula. A política do transporte escolar no Brasil. In: **Anais do Simpósio Brasileiro de Políticas Públicas Educacionais.** UFPI, 2011.

PEREIRA, José Matias. **Finanças públicas: a política orçamentária no Brasil.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SANTA, Rogério. **Controle Social e Transparência Pública no Brasil.** Brasília: ENAP, 2023.

TEIXEIRA, Maria Cecília. Políticas públicas: questões e conceitos fundamentais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p. 1-12, 2002.